

Índios e Aracruz chegam a acordo em Brasília

*Tupiniquins e guaranis vão receber
US\$ 10 milhões por 20 anos em assistência*

BRASÍLIA (Sucursal) – Reunidos ontem por mais de cinco horas no Ministério da Justiça, os índios tupiniquins e guaranis do ES conseguiram chegar a um acordo com a Funai e a Aracruz Celulose, que aceitou a proposta de empregar US\$ 10 milhões, durante 20 anos, em projetos de assistência técnica na área da reserva.

Para o presidente da Fundação Nacional do Índio, Sullivan Silvestre de Oliveira, o acordo superou as expectativas “e nos permitiu virar uma página no Brasil. Estou feliz porque houve um amadurecimento muito grande. Os índios vão ter recursos para projetos de auto-sustentabilidade”, disse.

Além dos recursos financeiros – US\$ 500 mil por ano – os indígenas representados por nove caciques das aldeias Caieiras Velhas, Comboios, Boa Esperança, Irajá, Palmeira e Pau-Brasil, garantiram ainda três outras conquistas – o pagamento, durante dois anos, de suas contas de água e luz, apoio de até US\$ 7 mil por mês para a Nisi (Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena), e garantia de que a Aracruz comprará todo o eucalipto da área de 2.571 da reserva.

“Eu acho que acordo melhor não poderia ter sido firmado. Os índios reconheceram o despacho do ex-mi-

nistro da Justiça, Íris Rezende, que definiu a área da reserva em 2.571 hectares, e também terão da Aracruz estudos técnicos para viabilizar poços artesianos”, acrescentou o presidente da Funai. Coube a Sullivan Oliveira conduzir as negociações até a chegada do ministro interino da Justiça, José de Jesus, que ontem assumiu o lugar de Íris Rezende.

RAZOÁVEL – O cacique Jonas do Rosário considerou razoável o acordo firmado ontem. Mas ainda quer que alguns detalhes sejam definidos, como por exemplo, o pagamento da primeira parcela dos US\$ 10 milhões. Os caciques querem receber o mais rápido possível: “Aceitamos o que havia sido discutido com a comunidade. A comissão concordou”, disse, explicando que o acordo demorou para ser feito porque os caciques não podiam fazer concessões. A reunião de ontem foi a terceira realizada esse mês.

Jonas do Rosário explicou também que as despesas com água e energia serão pagas em dois anos, mas não podem ultrapassar o valor de US\$ 7 mil por mês. Além do ministro da Justiça, presidente da Funai, vice-presidente da Aracruz, Carlos Aguiar, participaram da reunião três procuradores da República e advogados da Aracruz.